



BANCORBRÁS TURISMO S.A

CNPJ 03.635.174/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2024

Em 2024, a Bancorbrás Turismo S.A - Clube Bancorbrás, encerrou o exercício em um momento de consolidação e crescimento, impulsionado pela renovação da marca e pela implementação da estratégia de expansão do ecossistema de turismo. Adotamos uma visão de grupo, nos posicionando como um hub de experiências turísticas para fornecer soluções completas aos viajantes, avançando na visão de estabelecer e ampliar a liderança no segmento de recorrência para o turismo.

A estratégia estruturante combina a evolução dos produtos e serviços atuais e a criação de soluções diferenciadas e propostas de valor complementares. Essa abordagem permitiu a priorização de projetos internos e orientou a avaliação e avanço na frente de Investimentos em startups. Com foco na contribuição para estruturação do nosso ecossistema de turismo. Promovemos a utilização de mais de **240 mil** reservas, contemplando mais de **745 mil** diárias. Desenvolvemos e entregamos novos produtos para o mercado, como o TribPass, lançado em diversas ações de marketing e em eventos relevantes no turismo e na vertical de benefícios corporativos. Isso apresentou o novo posicionamento da marca e reforçou nosso propósito com a inovação e competitividade no mercado.

Modernizamos nossa estrutura de sistemas e processos, garantindo a escalabilidade necessária para acompanhar o crescimento do negócio e o desenvolvimento de produtos inovadores. Acreditamos que a personalização do atendimento e o uso da tecnologia são elementos-chave para o sucesso da nossa estratégia. Estamos investindo em ferramentas digitais que nos permitem conhecer o perfil e as necessidades de cada cliente, oferecendo soluções de viagens personalizadas e em condições diferenciadas em serviços de passagens aéreas, hospedagem, aluguel de carros, seguros, assistência viagem dentre outras experiências turísticas.

Apesar do cenário econômico desafiador, com a alta da inadimplência e a pressão sobre os custos, mantivemos um fluxo de caixa saudável e investimentos em áreas estratégicas. Desenvolvemos estratégias e otimização de processos de modo a potencializar nossa eficiência operacional.

O Clube Bancorbrás encerrou o exercício de 2024 com um desempenho que reflete o investimento em ações evolutivas, estruturantes e para escalabilidade dos negócios.

Alcançamos **17.211** entradas de novos títulos, que contribuíram com a arrecadação total em **R\$ 57 milhões**. O faturamento recorrente anual (ARR) atingiu **R\$ 532,3 milhões**, superando em **12%** o ano anterior. A receita operacional líquida foi de **R\$ 84,6 milhões**, maior 7,11% em relação a 2023. Os gastos operacionais somaram **R\$ 149,7 milhões**, alta de **6,87%** em relação a 2023. O EBITDA foi negativo em **R\$ 2,42 milhões**, com margem EBITDA de **-2,9%**. A margem líquida foi de **6,6%**.

Como resultado líquido, o Clube Bancorbrás atingiu o valor de **R\$ 5,6 milhões**. A Administração optou por realizar o pagamento de juros sobre o capital próprio - JCP, visando a otimização tributária do grupo econômico, o que, apesar de reduzir o lucro líquido do Clube Bancorbrás, gera impacto positivo na lucratividade na Holding.

Brasília (DF), 31 de janeiro de 2025

Cláudio Roberto Nogueira de Souza Filho
Diretor-Presidente

Carlos Eduardo Pereira
Diretor-Executivo

BALANÇO PATRIMONIAL

	R\$(1)	
	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO	519.239.214	584.784.990
CIRCULANTE	375.536.233	423.180.604
Caixa e equivalentes de caixa	46.803.441	95.709.983
Caixa e bancos	1.214.518	596.166
Aplicações de liquidez imediata (nota 04)	45.588.923	95.113.817
Direitos Realizáveis	328.732.792	327.470.621
Clientes (nota 05)	231.794.843	192.033.855
Cartões de crédito	8.987.810	12.525.414
Devedores por diárias contratadas (nota 06)	81.353.300	109.587.783
Adiantamentos a fornecedores	512.674	592.362
Adiantamentos a colaboradores	350.879	432.527
Impostos a compensar (nota 07)	4.399.885	10.405.229
Outros créditos (nota 08)	466.734	665.674
Despesas antecipadas (nota 09)	866.667	1.227.777
NÃO-CIRCULANTE	143.702.981	161.604.386
Realizável a longo prazo	73.582.366	98.269.117
Títulos e valores mobiliários (nota 04)	73.582.366	98.269.117
Investimentos	24.574.999	8.545.338
Propriedade para investimento	24.532.937	8.503.276
Ações de empresas telefônicas	42.062	42.062
Imobilizado (nota 10)	18.640.564	34.143.634
Intangível	26.905.052	20.646.297
Produtos em projetos em desenvolvimento (nota 11)	26.892.006	20.633.251
Marcas e patentes	13.046	13.046

	R\$(1)	
	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	519.239.214	584.784.990
CIRCULANTE	360.714.114	421.983.301
Fornecedores e prestadores de serviços (nota 12)	49.808.889	70.388.007
Obrigações trabalhistas (nota 13)	1.768.848	1.818.650
Impostos,taxas e contribuições a recolher (nota 14)	3.056.857	9.137.759
Recursos a utilizar (nota 15)	299.574.549	276.993.074
Participação nos lucros e resultados	1.429.860	1.316.601
Outras obrigações (nota 16)	925.111	842.238
Dividendos e juros sobre capital próprio	4.150.000	61.486.972
NÃO-CIRCULANTE	9.040.893	9.902.487
Partes relacionadas (nota 28 b)	8.875.716	9.611.063
Provisão para passivos contingentes (nota 17)	165.177	291.424
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 18)	149.484.207	152.899.202
Capital social	80.000.000	80.000.000
Reservas de lucros	69.484.207	72.899.202

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

	R\$(1)	
	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 20)	84.592.735	78.617.739
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS VENDIDOS (nota 21)	(37.404.854)	(52.600.946)
(=) LUCRO/PREJUÍZO BRUTO	47.187.881	26.016.793
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(50.610.713)	(21.006.117)
Comerciais	(1.775.429)	-
Pessoal (nota 22)	(2.669.594)	(2.511.986)
Encargos sociais	(1.155.540)	(926.424)
Benefícios	(1.756.812)	(928.793)
Comunicação	(1.044.356)	(967.021)
Utilidades e serviços	(595.010)	(9.869)
Aluguéis	(5.421.959)	(25.030)
Serviços de terceiros	(18.688.288)	(9.314.476)
Gerais	(1.067.114)	(468.682)
Impostos, taxas e contribuições	(1.609.037)	(2.280.400)
Depreciações e amortizações	(999.053)	(875.595)
Reversão/provisão para contingências	126.248	(87.940)
Outras receitas operacionais (nota 23)	43.613.426	53.120.157
Outras despesas operacionais (nota 24)	(57.568.195)	(55.730.058)

RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	(3.422.832)	5.010.676
Receitas financeiras (nota 25)	17.968.834	29.199.891
Despesas financeiras (nota 26)	(7.594.735)	(8.491.801)

RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	6.951.267	25.718.766
Contribuição social (nota 27)	-	(3.144.280)
Imposto de renda (nota 27)	-	(6.967.381)

PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(1.366.262)	(1.583.461)
-------------------------------	--------------------	--------------------

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.585.005	14.023.644
QUANTIDADE DE AÇÕES	4.000.000	4.000.000
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	1,40	3,51

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO R\$(1)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
		RESERVA LEGAL	RESERVA PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE INVESTIMENTOS			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	80.000.000	16.000.000	40.000.000	24.000.000	-	-	160.000.000
Lucro líquido do exercício					14.023.644		14.023.644
Destinações							
Dividendos a distribuir					(21.124.442)		(21.124.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	80.000.000	16.000.000	40.000.000	24.000.000	(7.100.798)	-	152.899.202
Lucro líquido do exercício					5.585.005		5.585.005
Absorção de resultados				(10.515.793)	10.515.793		-
Juros sobre capital próprio a distribuir					(9.000.000)		(9.000.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	80.000.000	16.000.000	29.484.207	24.000.000	-	-	149.484.207

As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	R\$(1)	
	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	5.585.005	14.023.644
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
- Depreciações e amortizações	999.053	875.595
- Provisões para contingências	(126.247)	87.940
- Baixa de bens do imobilizado	118.055	-
Resultado Ajustado	6.575.866	14.987.179
Redução (aumento) dos ativos operacionais	23.424.580	(19.290.249)
Clientes	(39.760.988)	(39.825.581)
Impostos a recuperar	6.005.344	(3.505.991)
Outros ativos	57.180.224	24.041.323
Aumento (redução) dos passivos operacionais	(6.017.562)	14.019.126
Fornecedores	(20.579.118)	23.135.421
Outros passivos	14.561.556	(9.116.295)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	23.982.884	9.716.056
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições em imobilizado	(1.643.699)	(2.188.354)
Aplicações em intangível	(6.258.755)	(9.279.153)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(7.902.454)	(11.467.507)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(64.986.972)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(64.986.972)	-
REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(48.906.542)	(1.751.451)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	95.709.983	97.461.434
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	46.803.441	95.709.983

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2024

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL

A **BANCORBRÁS TURISMO S.A.**, Companhia integrante do conglomerado Bancorbrás, foi constituída em 08 de setembro de 1987, com sede em Brasília (DF), tendo como objeto social administrar clube de férias, inclusive o clube de férias com o nome-fantasia **CLUBE BANCORBRÁS**, administrar empreendimentos próprios ou conveniados do tipo hotel, hotel-residência e ofertar, reservar e vender acomodações e outros serviços em meio de hospedagem postos à disposição dos consumidores por terceiros ou pela própria Sociedade.

NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e o Pronunciamento Técnico de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas, incluem o valor residual do ativo imobilizado e do ativo intangível e a provisão para contingências. A liquidação dessas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos provisionados, devido a imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações do ano de 2023 foram reapresentadas em razão da adesão da Companhia ao programa de auto regularização do Perse, conforme a Lei 14.859, de 22/05/2024.

Em conformidade com a Resolução n.º 1.184/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2024, foi autorizada pela Diretoria em 31/01/2025.

Base de mensuração

A mensuração das demonstrações contábeis foi preparada com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional

Nas demonstrações contábeis os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre as principais diretrizes adotadas para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltam-se:

a) Apuração do resultado

(a1) Reconhecimento de receitas

O reconhecimento das receitas de serviços, oriundas da intermediação de diárias, tem como pressuposto básico o resultado apurado em cada reserva, na data do "check out" mais dois dias úteis.

(a2) Custos e despesas

As despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de taxa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A classificação dos ativos e passivos circulantes e não circulantes obedece aos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/76. Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos ou deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridos ou deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicáveis.

d) Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são contabilizados como receitas/despesas operacionais no resultado.

A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, em conformidade com o disposto na seção 17 do PME, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa 10.

e) Intangível

Refere-se ao direito de uso de software, marcas e patentes e projetos e produtos em desenvolvimento. São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. A amortização do direito de uso de software é calculada pelo método linear e não supera o prazo de cinco anos. A amortização dos projetos em andamento será iniciada quando os mesmos forem concluídos.

f) Provisão para Contribuição Social e Imposto de Renda

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente apurados com base no lucro real anual, foram calculados nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

g) Avaliação dos ativos e passivos

A Companhia efetua anualmente a avaliação dos seus ativos e passivos circulantes e não circulantes para efeito de valor presente, não sendo apurados valores relevantes para ajustes, face a natureza e condições de contratação das operações.

h) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. A Companhia realizou avaliação de *impairment* e não identificou valores para registro contábil.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, motivo pelo qual é necessário que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na seção 21 do PME e consideram premissas definidas pela Administração e sua Assessoria Jurídica:

(1) **Ativos contingentes:** Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

(2) **Passivos contingentes:** Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações cíveis de natureza fiscal, trabalhista e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas pela Assessoria Jurídica, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como:

prováveis, para as quais são constituídas provisões; **possíveis**, divulgadas sem que sejam provisionadas; e **remotas**, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

j) Instrumentos financeiros

Conforme determina a Resolução nº 2016/NBCTG 48 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não resultou em ajustes significativos, tendo em vista que os valores contábeis aproximam-se dos valores de mercado.

Os instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, créditos a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. São três categorias de classificação para os ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. E para os passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

k) Gestão de riscos

(k1) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia adota política de gerenciamento de risco, que orienta e requer a diversificação de transações e contrapartidas financeiras. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.



BANCORBRÁS - TURISMO S.A.

(k2) Risco com taxa de juros
O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia ter redução nos resultados financeiros, pela queda das taxas de remuneração, uma vez que não possui passivos financeiros.

(k3) Risco de liquidez
Com a política de gerenciamento de risco e controle adotados, é mitigado o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descaçamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

l) Tributos
Calculados às alíquotas abaixo demonstradas. Consideram para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada tributo.

Tributo	Alíquota
Imposto de renda (IRPJ)	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social (CSLL)	9,0%
PIS sobre receitas operacionais não cumulativas	1,65%
Cofins sobre receitas operacionais não cumulativas	7,60%
PIS sobre receitas operacionais cumulativas	0,65%
Cofins sobre receitas operacionais cumulativas	3,0%
PIS sobre receita financeira	0,65%
Cofins sobre receita financeira	4,0%
ISS	5,0%

Baseado no artigo 4º da Lei nº 14.148/2021 de 03 de maio de 2021(Lei do Perse), os tributos da COFINS, PIS, CSLL e IRPJ, incidentes sobre os resultados das operações vinculadas as atividades de turismo passaram a ser tributados à alíquota zero, pelo prazo de 60(sessenta) meses, com vigência em 03/2021. A partir de 2025, de acordo com a Lei nº 14.859, de 22 de maio de 2024, o IRPJ e a CSLL voltarão a ser tributados normalmente, sem o benefício fiscal do Perse.

NOTA 04. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os recursos foram aplicados em diversas instituições financeiras, com rentabilidade de 11,96% no ano de 2024.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Letra financeira	43.804.231	67.225.167
Fundos de investimento	61.307.443	102.196.252
CDB	14.059.615	23.961.515
Total	119.171.289	193.382.934
Ativo circulante	45.588.923	95.113.817
Ativo não circulante (*)	73.582.366	98.269.117

(*) A Bancorbrás Turismo S.A. tem recursos disponíveis e perspectiva de geração de lucros para os próximos exercícios, que suportam a manutenção das aplicações classificadas no Não Circulante até a data do vencimento.

NOTA 05. CLIENTES

Referem-se a direitos junto aos clientes que já utilizaram suas diárias, se hospedando em hotéis conveniados da Bancorbrás, e que ainda não realizaram o pagamento integral das taxas de manutenção, bem como gastos com alimentação e demais suplementos previstos no regimento interno do Clube.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de manutenção - parcelas a receber	102.951.293	92.991.613
Gastos com alimentação a ressarcir	24.991.575	26.585.108
Taxa de adesão - parcelas a receber	405.978	405.241
Suplementos a ressarcir	98.948.271	68.395.106
Clientes corporativos	169.964	82.821
Devedores por taxas vencidas	4.327.762	3.573.966
Total	231.794.843	192.033.855

NOTA 06. DEVEDORES POR DIÁRIAS CONTRATADAS

Trata-se de diárias adquiridas, por antecipação, para futura utilização em hotéis conveniados no país e no exterior.

NOTA 07. IMPOSTOS A COMPENSAR

Com o advento da Lei nº 14.148 de 03 de maio de 2021, os resultados das operações vinculadas às atividades de turismo passaram a ser tributados à alíquota zero, pelo prazo de 60 (sessenta) meses. A elevação dos saldos de IRPJ e CSLL a compensar do ano de 2023 sofreram um significativo aumento em virtude de pagamentos realizados antes da adesão a referida lei.

Impostos	2024	2023
Imposto de Renda	3.283.355	5.694.455
Contribuição Social	850.001	1.411.385
ISS	10.203	23.709
PIS	3.576	131.654
Cofins	16.610	23.579
PIS/Cofins-recuperação de créditos (*)	206.218	3.120.447
INSS a compensar-recuperação judicial	29.922	-
Total	4.399.885	10.405.229

(*) Trata-se de ação judicial proveniente da recuperação de créditos de PIS e Cofins, oriundos dos custos de energia elétrica, depreciação e aluguel correspondente aos exercícios de 2018 a 2022.

NOTA 08. OUTROS CRÉDITOS

Trata-se de conta transitória, referente à cobrança de clientes enviada aos bancos e recebida no mês seguinte. É composta pelos seguintes eventos: taxa de manutenção, gastos com alimentação a ressarcir, suplementos a ressarcir e taxa de adesão.

NOTA 09 - DESPESAS ANTECIPADAS

Trata-se de despesa na contratação de empresa especializada em tecnologia da informação, para a prestação de serviço de licença de uso de software. A duração da prestação do serviço é de até 03 anos.

NOTA 10. IMOBILIZADO

		31/12/2024	31/12/2023
Descrição	Depreciação % a.a	Custo Corrigido	Valor Líquido
Imóveis em uso	3,5	26.171.848	16.231.897
Móveis, utensílios e instalações	13	5.132.421	1.430.517
Máquinas e equipamentos	11	906.166	610.688
Equipamentos de comunicação	10	462.920	432.871
Sistema de segurança	18	83.134	44.683
Hardware	22	467.270	316.722
Benefitorias em propriedades de terceiros	Prazo do contrato de aluguel	696.040	232.416
Imobilizações em curso	-	-	-
Totais		33.919.799	15.279.235

	2024	2023
Projeto - Vila de desenvolvimento em novos produtos e negócios	13.661.432	14.120.880
Projeto - Melhorias do backoffice, produtos e negócios	716.407	892.946
Projeto - Vila de evolução em novos produtos e negócios	11.431.471	3.457.278
Projeto - Otimização de eficiência operacional	1.082.696	1.137.818
Projeto - Vendas Online	-	1.024.329
Total	26.892.006	20.633.251

NOTA 11. PRODUTOS E PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

Trata-se de projetos e produtos em desenvolvimento, conforme detalhamento abaixo.

Produto-projeto	2024	2023
Projeto - Vila de desenvolvimento em novos produtos e negócios	13.661.432	14.120.880
Projeto - Melhorias do backoffice, produtos e negócios	716.407	892.946
Projeto - Vila de evolução em novos produtos e negócios	11.431.471	3.457.278
Projeto - Otimização de eficiência operacional	1.082.696	1.137.818
Projeto - Vendas Online	-	1.024.329
Total	26.892.006	20.633.251

NOTA 12. FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS

As contas de fornecedores e prestadores de serviços têm a seguinte composição:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Prestadores de serviços	1.550.685	1.826.049
Hotéis	41.734.568	44.666.616
Café pool	76.809	111.342
Aquisição de diárias	6.446.827	23.784.000
Total	49.808.889	70.388.007

NOTA 13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Provisões de férias e encargos	1.768.848	1.818.650
Total	1.768.848	1.818.650

NOTA 14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Encargos sociais e previdenciários sobre folha		
INSS	397.800	413.396
FGTS	138.748	126.478
Total	536.548	539.874
Tributos a recolher		
PIS	20.729	113.546
COFINS	102.619	544.553
ISS	515.654	428.803
IRRF	1.605.297	260.486
PIS/COFINS/CSLL retenções Lei 10.833/03	276.010	246.750
Contribuição Social-CSLL	-	2.540.347
Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ	-	4.463.400
Total	2.520.309	8.595.885
Total de impostos, taxas e contribuições a recolher	3.056.857	9.137.759

NOTA 15. RECURSOS A UTILIZAR

Trata-se dos valores recebidos de clientes, para utilização em hotéis conveniados, pago em até 12 (doze) parcelas mensais, cuja cobrança é efetuada por meio de débito em conta corrente bancária do cliente, cobrança bancária ou de cartão de crédito, sendo que a baixa ocorre quando da utilização das diárias.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de manutenção mensal	199.075.467	203.810.013
Taxa de manutenção - diárias avulsas	3.513.934	2.638.396
Gastos com alimentação - refeição	23.247.793	23.282.083
Gastos com alimentação - ceia	908.204	882.883
Suplementos a ressarcir	71.620.854	46.379.699
Cobrança terceirizada	1.208.297	-
Total	299.574.549	276.993.074

NOTA 16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Recursos de clientes a identificar	908.380	841.271
Plano de previdência	-	580
Gympass-qualidade de vida funcionário	-	100
Associação funcionários Bancorbrás	16.011	287
Contribuição assistencial	720	-
Total	925.111	842.238

NOTA 17. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é demandada em ações judiciais, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e outros motivos.

A Administração, com base em informações da Assessoria Jurídica, da análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com os processos em curso, classificados como de risco provável de perda como segue:

a) Passivos Contingentes - Riscos Prováveis		
Passivos Contingentes	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	165.177	291.424
Totais	165.177	291.424
Quantidade de ações	11	06

b) Passivos Contingentes - Riscos Possíveis (Não provisionados)

Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

As ações movidas contra a Bancorbrás Turismo S.A., no aspecto cível, têm objeto em pedidos de indenização com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor. Os saldos dos passivos contingentes possíveis de perdas totalizam R\$ 247.999 em 31/12/2024, referente a 25 (vinte cinco) ações e R\$ 199.752 em 31/12/2023, referente a 28 (vinte e oito) ações.

NOTA 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 80.000.000 (oitenta milhões de reais) representado por 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente integralmente à acionista Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A., uma vez que a Companhia é subsidiária integral.

b) Reserva legal

Atendendo ao disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76, a reserva legal não foi constituída, face ao limite legal de 20% do capital social, já ter sido atingido.

c) Juros sobre o capital próprio

A Companhia optou por pagar juros sobre o capital próprio, a título de dividendos. De acordo com a Lei nº 9.249/95 a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício de 2024 no montante de R\$ 9.000.000. O imposto de renda e a contribuição social do exercício de 2024 foram reduzidos em R\$ 3.060.000, aproximadamente, em decorrência da implementação.

NOTA 19. RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS 2023

As demonstrações do ano de 2023 foram representadas em razão da adesão da Companhia ao programa de auto regularização do Perse, conforme a Lei 14.859, de 22/05/2024. As contas contábeis foram ajustadas conforme quadro abaixo.

Descrição	Saldo 2023	Ajustes	Saldo Reclassificado
Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.036.961	7.100.798	9.137.759
Receita operacional líquida (PIS/Cofins)	78.979.737	(361.998)	78.617.739
Contribuição Social	868.880	2.275.400	3.144.280
Imposto de Renda	2.503.981	4.463.400	6.967.381
Lucro líquido do exercício	21.124.442	7.100.798	14.023.644

NOTA 20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	2024	2023
Intermediação serviços com hospedagem	82.089.329	75.353.474
Rendas com unidades hoteleiras próprias	6.437.300	7.714.249
Comissão sobre venda de serviços	568.378	393.207
(-) Cancelamento de serviços	(219.490)	(492.213)
ISS	(4.282.782)	(3.988.980)
PIS	-	(64.465)
Cofins	-	(297.533)
(-) Total de impostos	(4.282.782)	(4.350.978)
Receita Operacional Líquida	84.592.735	78.617.739

NOTA 21. CUSTOS

Descrição	2024	2023
Proventos	11.638.684	10.942.219
Encargos sociais	4.171.978	3.718.039
Benefícios	6.350.353	6.188.213
Honorários da diretoria	611.773	627.257
Serviços públicos e utilidades (a)	-	490.307
Aluguéis e arrendamentos (a)	-	4.133.081
Comerciais	6.325.382	7.004.667
Assessoria e consultoria em tecnologia (a)	-	8.483.805
Estagiários (a)	-	11.145
Gastos com hotéis próprios	8.306.684	8.061.164
Seguro e assistência (a)	-	2.854.326
IPTU (a)	-	86.723
Total	37.404.854	52.600.946

(a) Em 2023 iniciamos o processo de reclassificação contábil de custo para despesa, extensível a 2024, para permitir uma adequada comparação. Realizamos a análise de quais setores e valores dispendidos enquadrariam no custo, e promovemos a classificação contábil.

NOTA 22. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2024	2023
Salário	2.032.256	1.716.404
Adicional de dedicação integral	-	147.161
Anuênio	-	142.587
Comissões/horas extras/descanso semanal remunerado	8.902	22.248
Aviso prévio indenizado	117.104	9.318
Férias	187.526	249.932
Adicional noturno	57	-
13º salário	251.089	159.116
Ajuda de custo	180	-
Ajuda home office	72.480	65.220
Total	2.669.594	2.511.986

NOTA 23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2024	2023
Renda com diárias	35.870.880	40.399.363
Renda com taxa de mudança de categoria	388.669	348.827
Taxa de adesão	3.318	105.532
Dividendos recebidos	2.391	1.307
Receitas com passivos não liquidados	3.615.783	7.044.576
Recuperação de despesas	570.922	366.791
Ganho na alienação/baixo do imobilizado	31.122	138.164
Lucro na participação em SCP	2.765.249	1.595.150
Ganho judicial-recuperação de tributos	365.092	3.120.447
Total	43.613.426	53.120.157

NOTA 24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2024	2023
Manutenção e conservação	325.836	206.904
Viagens e estadas	1.016.634	522.995
Patrocínio	969.254	705.698
Festividades	61.507	85.186
Brindes	347.961	53.723
Doações	7.308	18.112
Alienação/baixa de imobilizado	118.055	12.103
Contribuição para associação de funcionários	22.032	20.592
Promoções, premiações e sorteios	-	489.361
Indenizações	80.448	144.372
Despesas com diárias e no show (a)	6.889	6.037.822
Prejuízos	103.785	-
Perdas assumidas com clientes	3.762.757	2.608.295
Despesas com rateio	50.745.729	44.326.021
Participações nos lucros e resultados-rateio	-	498.874
Total	57.568.195	55.730.058

(a) Oscilação decorrente da reclassificação do saldo da carta de crédito covid, com impacto na conta contábil de despesa com diárias e no-show, em contrapartida à conta contábil recursos a utilizar - taxa de manutenção mensal.

NOTA 25. RECEITAS FINANCEIRAS

Descrição	2024	2023
Rendimentos de aplicações financeiras	15.460.666	25.403.912
Descontos obtidos	649.164	1.290.785
Variação cambial	553.391	251.865
Juros ativos	1.304.846	2.253.329
Juros sobre capital próprio	767	-
Total	17.968.834	29.199.891

NOTA 26. DESPESAS FINANCEIRAS

Descrição	2024	2023
Despesas bancárias	2.923.826	3.075.641
Juros passivos	227.789	36.250
Descontos concedidos	1.694.614	2.846.876
Taxa administração de cartão	2.617.919	2.149.465
Variação cambial	130.587	383.569
Total	7.594.735	8.491.801

NOTA 27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS - CSLL/IRPJ

Cálculo da Contribuição Social e Imposto de Renda Pessoa Jurídica	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
	2024	2024	2023	2023
Lucro/prejuízo líquido antes da contribuição social	(3.414.995)	-	24.497.304	-
Lucro/prejuízo líquido após a contribuição social	-	(3.414.995)	-	23.628.423
(+) Adições	3.671.385	4.431.698	108.154.662	112.005.297
Contribuição social	-	-	-	3.144.280
Patrocínio	969.254	969.254	705.698	705.698
Provisões judiciais	697.605	697.605	1.050.842	1.050.842
Inclusão Lei nº 14.148 Art.4º-alíquota zero	-	-	104.958.668	104.958.668
Participação nos lucros-administradores	-	227.136	-	498.873
Outras adições	2.004.526	2.537.703	1.439.454	1.646.936
(-) Exclusões	4.433.589	4.433.589	122.997.740	122.997.740
Reversão de provisões judiciais	823.853	823.853	962.202	962.202
Adequação vida útil imobilizado	842.095	842.096	605.621	605.621
Exclusão Lei nº 14.148 Art.4º-alíquota zero (*)	-	-	119.833.460	119.833.460
Outras exclusões	2.767.641	2.767.641	1.596.457	1.596.457
(=) Prejuízo/lucro antes da compensação de prejuízos fiscais	(4.177.199)	(3.416.886)	9.654.226	12.635.980
Tributos devidos	-	-	3.144.280	6.967.381

NOTA 28. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração de dirigentes

Os gastos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal da Diretoria, são apresentados como segue:

Descrição	2024	2023
Honorário	454.272	436.800
Honorário suplementar	55.024	53.083
Anuênio	40.946	40.946
Encargos sociais	198.587	192.312
Participação nos lucros e resultados	227.136	207.480
Plano de previdência	61.531	96.428
Total	1.037.496	1.027.049

b) Operações ativas e passivas da Companhia com partes relacionadas

As operações com as empresas Bancorbrás são referentes ao ressarcimento do rateio de despesas decorrentes dos serviços administrativos e operações realizadas no contexto das atividades operacionais da Companhia, e estão assim representadas:

Descrição	2024	2023
Saldos Patrimoniais Passivos		
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	1.689.919	1.717.636
Bancorbrás Viagens e Turismo S.A.	519.815	558.819
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	6.665.982	7.334.608
Total dos Saldos Patrimoniais Passivos	8.875.716	9.611.063
Operações com Rateios - Despesas		
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	-	321.768
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	50.745.729	44.503.126
Total das Operações com Rateios	50.745.729	44.326.020

NOTA 29. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não é patrocinadora de nenhum plano de pensão e de benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, nem de plano de opção de compra de ações.

b) Seguro saúde

A Companhia mantém seguro saúde e programas de assistência à saúde e campanhas de prevenção de doenças, visando a promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênio. A Companhia não tem responsabilidade em relação ao benefício de plano de saúde pós-emprego.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2024.

CLAUDIO ROBERTO NOGUEIRA DE SOUZA FILHO

Diretor-Presidente

CARLOS EDUARDO ALVES PEREIRA

Diretor-Executivo

EDIVANIRA VIEIRA DINIZ

Contadora CRC 009.619/O-5 DF

do, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BANCORBRÁS TURISMO SA**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília (DF), 19 de março de 2025.

UNIÃO AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

CRC DF 501/O-1

ANTONIO CESAR GANDARA

Contador CRC SP 166522/O-0 T-DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **BANCORBRÁS TURISMO S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, em reunião desta data, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos recebidos, no decorrer do exercício, dos Administradores da empresa e da respectiva Contadora, bem assim no Relatório do Auditor Independente, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Brasília (DF), 20 de março de 2025.

CONSELHO FISCAL:

CARLOS EDUARDO VIDIGAL

CELÍUS GUIMARÃES MARCONDES FEITOSA

CIL FARNEY MACHADO DE OLIVEIRA

ELIMÁRIO ARAÚJO SANTOS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Administradores da
BANCORBRÁS TURISMO SA.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **BANCORBRÁS TURISMO SA.** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resulta-

